

O PAPEL DO CAMPO CIENTÍFICO TRABALHO-EDUCAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES NO BRASIL

Lucília Machado¹

Resumo: Os objetivos deste artigo consistem em divulgar o campo científico Trabalho-Educação especialmente para o movimento sindical e destacar sua contribuição para a educação profissional dos trabalhadores. Três partes o compõem: a) trabalho-educação como campo científico e de luta; b) núcleos e grupos de estudo sobre trabalho-educação; c) o campo trabalho-educação e a educação profissional dos trabalhadores no Brasil. Nas considerações finais, são sugeridos cinco conjuntos temáticos referentes à educação profissional dos trabalhadores, fundamentais para compor a agenda sindical.

Palavras-chave: trabalho-educação; agenda sindical; educação profissional.

Introdução

Faz pleno sentido abordar a relação entre trabalho e educação numa revista editada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), uma instituição fundamentalmente conectada com questões caras aos trabalhadores, tais como a educação profissional, a qualidade dos empregos, as oportunidades de trabalho, as desigualdades (de gênero, raça/etnia, etárias, regionais, dentre outras) no mercado de trabalho, a influência da educação na distribuição de renda, as condições de trabalho, assim como as políticas públicas com potencial para valorizar os trabalhadores e promover o desenvolvimento social.

Além de estudos e pesquisas, o DIEESE oferece cursos e programas de formação aos trabalhadores e divulga informações fundamentais para a compreensão do estado atual e das tendências e perspectivas de futuro para o trabalho no Brasil. Esse também é o

REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO Nº 27
MAIO DE 2025

¹ Professora titular aposentada da Faculdade de Educação da UFMG.

propósito do campo de estudos trabalho-educação, objeto do presente artigo.

A relação entre trabalho e educação faz parte da agenda sindical ao lado de desafios advindos da necessidade de enfrentamento dos processos sociais desagregadores, da redução do número de sindicalizados e das mudanças nas relações de trabalho. O que se coloca em jogo é a luta pela construção de uma sociedade mais justa, pela defesa dos direitos trabalhistas e por melhores condições de trabalho e educação aos trabalhadores. Daí a importância do resgate das contribuições do campo científico trabalho-educação². Elas são fundamentais para a qualificação dos debates e discussões sobre políticas públicas, leis e normas que beneficiem os trabalhadores e formas de enfrentar os desafios dos sindicatos na atualidade, tais como a defesa da educação pública e de práticas educativas emancipatórias.

Trabalho-educação como campo científico e de luta

O uso do hífen em trabalho-educação indica síntese e a mútua implicação entre tais esferas da vida social.

O Trabalho ao ir ao encontro da Educação já traz Educação dentro dele e vice-versa: a Educação ao ir ao encontro do Trabalho também já leva o Trabalho dentro de si. No entanto, cada um tem funções sociais específicas, que não se confundem, nem se anulam.³

A tese do materialismo histórico sobre a constituição do ser humano a partir do trabalho, o processo de hominização, vem animando a afirmação desse campo de estudos e de intervenção, ao considerar

2 CIAVATTA, M. Trabalho-educação – uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 132-149, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28306>. Acesso em 26 fev. 2025. KUENZER, A. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 55-92. MORAES, C. S. V. Trabalho e educação como pauta do GT Trabalho e Educação da Anped. Algumas considerações sobre o campo de pesquisa. **Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, p. 88-118, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/59659>. Acesso em: 31 jan. 2025. PICANÇO, I. da S. Trabalho e educação: um desafio comprometido. **Revista Tópicos Educacionais**, v. 8, n. 2, p. 43-51, 1990. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/topicoseducacionais/article/view/230785/24816>. Acesso em: 31 jan. 2025.

3 MACHADO, L. Trabalho-educação como objeto de investigação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 127–136, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8851>. Acesso em: 31 jan. 2025. p. 129.

o processo mediante o qual o homem se modifica ao transformar a natureza.

Marx no Prefácio que fez para sua obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, diz que o modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual, que não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência.⁴ Tais afirmações de Marx motivaram os pesquisadores brasileiros na escolha de trabalho-educação em lugar de educação e trabalho, como forma convencionada para designar esse campo científico. Ela também foi inspirada por Gramsci que assim se pronunciou:

[...] o homem não entra em relação com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: essas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo conjunto de relações do qual ele é o ponto central.⁵

Dessas teses surgem as referências, reafirmadas, dentre outros, por Saviani⁶ e Machado⁷, na defesa do trabalho como princípio educativo, da formação humana omnilateral, do reconhecimento da prática social como produtora de conhecimentos, da importância da integração dialética teoria-prática, da escola unitária e da educação politécnica.

São clamores advindos da realidade contraditória do trabalho: por um lado, ele é o fundamento ontológico do ser humano; mas, por outro, sob a lógica mercantil capitalista, sua degradação. Como afirmação ontológica, o trabalho tece os fios da vida na jornada diária de cada trabalhador e nos ritmos da história da classe, constrói a inteligência

4 MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

5 GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 39-40.

6 SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

7 MACHADO, L. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. *Trabalho Necessário*, v. 13, n. 20, p. 234-251, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8620>. Acesso em: 31 jan. 2025.

humana, desafia tradições e aprendizados, cultiva experiências e expande saberes, fortalece talentos e a união coletiva, afirma direitos e busca a vitória, é sustento e dignidade. Como negação do ser humano, o trabalho é submissão à avidez do capital por lucros e às suas ambições, verga o corpo e anestesia o ânimo do trabalhador que se defronta com o salário anêmico e a escassez dos meios de vida; mas, mesmo assim, produz a riqueza de que não desfruta, e vê a esperança renascer com a tomada da consciência da necessidade de romper as amarras da subserviência.

O campo trabalho-educação em face de tal realidade contraditória se inquieta com os processos de destituição dos saberes dos trabalhadores e com a apropriação desses pelo capital, medida que se prolonga e se amplia com as investidas de controle da escola e sua divisão conforme critérios classistas e em desacordo com o direito humano à educação de qualidade.

Esse enredamento tem mostrado claramente a materialidade inerente à educação, evidenciando-a como participante ativa do mundo da produção e da reprodução das relações sociais existentes. Isso significa que a educação não se encontra apenas determinada por essas relações, mas atua efetivamente em todo o circuito constituído pela produção, distribuição e consumo dos bens produzidos socialmente. Ela se faz genuinamente material ao atuar na reprodução da força de trabalho, ao mediar a produção de conhecimentos e ditar valores considerados procedentes à dominação capitalista.

Conforme Frigotto⁸, há, portanto, complexidade no jogo astucioso do qual trabalho e educação participam, evidenciando suas contradições, inclusive as internas a cada um. Isso faz da educação do trabalhador um incerto e variável espalhamento de oportunidades caracterizado por anseios, buscas, aprendizados, revelações, mas também por impedimentos e desapontamentos.

Temas diversos vêm, então, avolumando a agenda desse campo de estudos e intervenções: a ligação da educação com o mundo do trabalho, a preparação dos indivíduos para funções sociais e profissionais, as precauções com respeito às demandas do mercado de trabalho, os limites e possibilidades oferecidos pela educação à mobilidade social e ao desenvolvimento econômico, as pressões aos trabalhadores por

8 FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 168-194, jan.-abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 26 fev. 2025.

inovação e produtividade, os desafios apresentados pelo aumento do desemprego e da precarização do trabalho mesmo para os de mais alta escolarização, os fatores que dificultam a qualidade de vida dos trabalhadores, desigualdades sociais no acesso e na qualidade da educação, dentre outros.

Por certo, a educação precisa preparar os indivíduos para um mundo do trabalho em constante mudança, mas tal realidade se complexifica quando se vê que as desigualdades sociais são reproduzidas ou transformadas como parte desse processo de transformações. Nesse sentido, também se torna mais complexo pensar políticas públicas integradas, das quais façam parte o trabalho e a educação, tendo em vista a promoção do desenvolvimento social.

Conforme Araujo, Oliveira e Cêa⁹, nessa agenda de estudos não têm faltado pesquisas sobre a relação escola-trabalho, a educação profissional, o trabalho infantil, a educação de jovens e adultos, os saberes dos trabalhadores, a automação e a digitalização dos processos de trabalho, as desigualdades de oportunidades, o acesso à educação de qualidade, a educação para a inclusão social, as perspectivas para o futuro do trabalho e da educação.

Desse modo, o campo de estudos e intervenções sobre trabalho-educação está em constante movimento, processo que vem sendo impulsionado pelo surgimento de novas tecnologias, tais como inteligência artificial, realidade virtual, *big data* e automação. Isso, por um lado; mas, por outro, a problemática das exclusões, diversidades e éticas tem também trazido novas questões e desafios.

Pensar trabalho-educação na perspectiva da transformação social, principalmente na perspectiva dos trabalhadores, é uma tarefa exigente de maior esforço e determinação, porém muito motivante, seja pela oportunidade de aprender e produzir novos conhecimentos, seja pela necessidade de realizar superações fundamentais na vida e na prática social.

Nesse sentido, colocam-se os projetos sociais e educacionais comprometidos com o fortalecimento dos laços e das lutas dos trabalhadores, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa, capaz de lhes garantir trabalho digno e melhores condições de vida; projetos que ajudem a fortalecer: as cooperativas de

9 ARAUJO, R. M. de L.; OLIVEIRA, R. de; CÊA, G. dos S. A pesquisa em trabalho e educação nas regiões norte e nordeste. Trabalho Necessário, v. 13, n. 20, p. 68-87, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8614>. Acesso em: 26 fev. 2025.

trabalhadores, a educação popular, as comunidades e os movimentos sociais, as oportunidades de educação profissional de qualidade social, as estratégias de enfrentamento às mudanças no mundo do trabalho prejudiciais aos trabalhadores, o desenvolvimento sustentável.

Assim, não é possível abordar essa agenda fora da perspectiva da luta de classes, na sua complexidade e historicidade. No senso comum, a educação é vista, na maior parte das vezes, como um “elevador social”, um instrumento de ascensão de uma classe social para outra. Porém, sua função social tem sido, fundamentalmente, reforçar desigualdades e hierarquias sociais, reproduzindo-as por meio de distribuições desiguais, disseminação de valores destinados à regulação de comportamentos, currículos diferenciados, relações pedagógicas autoritárias etc.

A luta de classes na educação pressupõe assumir a disputa por práticas educativas, currículos e políticas que atendam aos interesses dos trabalhadores, ao processo de sua libertação das restrições e opressões impostas por estruturas sociais, econômicas e políticas. Isso inclui o pleno acesso aos bens culturais, o respeito aos seus direitos, condições de trabalho dignas, acesso aos serviços de saúde e ao bem-estar, participação ativa na vida em sociedade.

Ao abraçar tal perspectiva, o campo de estudos e intervenções trabalho-educação reconhece que o enfrentamento às desigualdades sociais precisa ser contínuo e constante, dando importância à organização coletiva, à educação política, aos movimentos de solidariedade a todos que sofrem opressão e privações, ao entendimento da necessidade de fomentar a consciência de classe.

Com tal entendimento, os que atuam nesse campo tendem a rejeitar a ideia de que a educação gera “capital humano”, pois o aprimoramento de conhecimentos e as habilidades não se medem por valor econômico. Esse conceito está associado à mercantilização da educação, a retornos meramente econômicos, ao fomento da competição individual dos trabalhadores, além de ocultar ou disfarçar a dinâmica responsável pela reprodução das relações desiguais de poder em nome da ideia de meritocracia.

Em contraponto ao conceito de capital humano, os estudiosos e militantes do campo trabalho-educação utilizam o conceito de desenvolvimento humano e de maneira bem ampla, para considerar os potenciais das pessoas para agirem, as liberdades que elas devem ter na busca da materialização dos seus objetivos, sua qualidade de vida e participação social, econômica e política. Muitos dos que adotam tais

perspectivas compreendem a relação trabalho-educação nos quadros estruturais e contextuais de busca da superação do capitalismo. Isso pressupõe a negação da força de trabalho como mera mercadoria a ser comprada e vendida no mercado, de sua exploração para fins de acumulação capitalista, das estratégias que aumentam a precarização das condições de trabalho e sua insegurança.

Sabem os que se dedicam ao campo trabalho-educação que ao capital interessa investir em educação fundamentalmente para aumentar sua competitividade e a produtividade dos processos produtivos, bem como limitar o pensamento crítico. Inversamente, esse campo propõe a democratização das relações de trabalho, formas de produção e consumo que valorizem o bem comum, a educação que promova a autonomia, o pensamento crítico e a consciência social. Nesse sentido, investe na construção de novas formas de pensar e agir, no fortalecimento dos movimentos sociais, na luta por direitos, na construção de alternativas, na educação popular, no desenvolvimento de tecnologias sociais e de uma sociedade mais justa e sustentável.

Logo, trabalho-educação tem uma profunda conexão com o marxismo. Marx, conforme se lê na coletânea de textos organizada por Lombardi¹⁰ e em Manacorda¹¹, considerava o trabalho não como simples meio de subsistência, mas como uma atividade fundamental que dá conteúdo e forma ao ser humano, determinando seus comportamentos e desenvolvimento, ajudando-o a se adaptar a realidades diferentes, ou seja, modelando sua própria natureza. Nesse sentido, o trabalho se refere a todas as atividades destinadas ao alcance de algum objetivo e, dessa forma, exige concentração mental, movimentos físicos e precisão, incentiva o desenvolvimento de habilidades e da cognição humana, confere identidade aos indivíduos, leva à construção de significados e a laços sociais, promove inovações sociais e tecnológicas.

A educação participa desse processo ao ajudar no desenvolvimento das destrezas e inteligências das pessoas. Mas, sob o capitalismo, ela se vê limitada por vários fatores, sendo o principal o processo de alienação que os trabalhadores vivem, graças à sua separação do produto de seu trabalho e do processo produtivo, à sua perda de controle de sua própria vida.

Por isso, para o campo trabalho-educação, é fundamental o investimento no desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores e sua compreensão das relações de exploração a que se

10 LOMBARDI, J. C. **Textos sobre Educação e Ensino/Karl Marx e Friedrich Engels**. Campinas: Navegando, 2011.

11 MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas: Alínea, 2017.

submetem. Trata-se de uma educação que busque conferir ao trabalho a chance de ser uma atividade de emancipação.

As propostas de Marx têm sido abraçadas pelos que se dedicam a esse campo, especialmente sua crítica à educação burguesa e à alienação do trabalho, sua afirmação do trabalho como princípio educativo, da educação integral e politécnica e sua contribuição para a superação da divisão social do trabalho.

Resumidamente, pode-se, então, definir trabalho-educação como:

[...] debruçar sobre questões relativas ao significado do trabalho e suas relações com o processo de hominização; à centralidade do trabalho na estruturação do quadro da experiência na modernidade capitalista; ao papel da educação face às vicissitudes da reprodução e destruição de forças de trabalho no capitalismo; às exigências que o mundo do trabalho coloca para a educação; às possibilidades e limitações que têm sido encontradas pela educação para a realização destas exigências; aos fenômenos pedagógicos espontâneos ou sistemáticos em suas condições e inter-relações histórico-concretas com respeito ao mundo do trabalho; aos nexos que se estabelecem entre educação e relações sociais de produção; à socialização no, pelo e para o trabalho; à relação entre divisão social, sexual e étnica do trabalho e educação; ao trabalho na e da escola; aos fatores e forças socioeconômicas que influem sobre a prática da educação e no processo de ensino-aprendizagem; às condições históricas e socioeconômicas do desenvolvimento da educação dos trabalhadores; às diretrizes fundamentais das políticas educacionais e dos princípios de organização dos sistemas escolares com relação à reprodução da força de trabalho e das relações sociais dominantes; aos projetos alternativos de sociedade e de educação; às teorias pedagógicas em sua relação com as condições concretas, históricas, econômicas, sociais e políticas.¹²

Núcleos e grupos de estudo sobre trabalho-educação

A década de 1980 pode ser tomada como uma referência histórica para o início, no Brasil, da articulação de pesquisadores para o desenvolvimento dos estudos e pesquisas sobre trabalho-educação.¹³

¹² MACHADO, L. Op. cit., 2005, p. 135-6.

¹³ MACHADO, L. A pesquisa e as perspectivas do campo Trabalho e Educação no NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da Faculdade de Educação da UFMG. **Educação em Revista**, v. 17, n. 33, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/>

Nesse esforço, as contribuições de diversas áreas do conhecimento, especialmente a Educação, a Sociologia, a Economia, as Engenharias, o Direito, a Psicologia e a Saúde vêm se congregando. Com isso, o campo trabalho-educação, ao responder a interesses tão diversos, tem se tornado muito vasto e interdisciplinar.

Os núcleos e grupos de estudo e pesquisa dedicados ao tema estão sediados, principalmente, em instituições públicas de ensino superior e, em geral, vinculados a programas de pós-graduação das áreas de educação, ensino e interdisciplinar, razão pela qual informações sobre suas atividades, pesquisas, publicações e nomes dos membros podem ser obtidas nas suas respectivas páginas eletrônicas. Mas, eles surgiram, também, de articulações com configuração diferente e mais ampla em termos de áreas de conhecimento, níveis de ensino e participantes.

Tais coletivos realizam atividades diversas nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, divulgam suas produções em artigos e livros, dão suporte à elaboração de monografias, dissertações e teses, promovem e participam de eventos, fornecem consultorias e assessorias, dentre outras atividades. Ao buscar desvendar as complexidades e os desafios presentes nesse campo, suas pesquisas e publicações têm contribuído para o avanço do conhecimento sobre a temática, informado políticas públicas e práticas pedagógicas. Oferecem, assim, oportunidades de formação para pesquisadores e profissionais diversos e estimulam a produção de novas ideias. Promovem, também, o diálogo com diferentes segmentos sociais.

Todo esse trabalho se dirige aos sistemas de ensino, preferencialmente aos públicos e às instituições que se dedicam à educação profissional e tecnológica, aos sindicatos, associações, entidades dos movimentos sociais e aos intercâmbios nacionais e internacionais. As reuniões científicas têm sido de grande valia para essas trocas, solidariedades, amadurecimento das pesquisas e incentivos à produção, tais como as que ocorrem anualmente em nível nacional e regional no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped). Também é preciso considerar os eventos no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

O GT 9 - Trabalho e Educação constitui-se como um espaço

singular da Anped de grande importância para o entrosamento dos diversos núcleos dedicados a esse campo no Brasil.¹⁴ Conforme página do GT 9¹⁵, consultada em fevereiro de 2025, haveria no país 70 desses núcleos, assim distribuídos: Acre (1), Alagoas (1), Amapá (0), Amazonas (2), Bahia (5), Ceará (5), Distrito Federal (1), Espírito Santo (1), Goiás (0), Maranhão (1), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (0), Minas Gerais (6), Pará (5), Paraíba (1), Paraná (6), Pernambuco (1), Piauí (3), Rio de Janeiro (6), Rio Grande do Norte (1), Rio Grande do Sul (7), Rondônia (1), Roraima (0), Santa Catarina (6), São Paulo (7), Sergipe (1) e Tocantins (1).

Além do espaço no âmbito da Anped, os pesquisadores do campo também contam, desde 2002, com o fórum do Intercrítica (Intercâmbio Nacional dos Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação) para se encontrarem e realizarem suas discussões e trocas. Em 2024, aconteceu o VI Intercrítica, e em todas as edições buscou-se avançar no diálogo interno ao campo e desse com segmentos importantes da sociedade brasileira, dar a conhecer o que vem sendo produzido pelos pesquisadores e favorecer o fortalecimento da cooperação científico-acadêmica.

Os núcleos e grupos dedicados ao campo trabalho-educação sabem da complexidade e gravidade dos contextos nos quais se desenvolvem e atuam. Portanto, geram produções e sustentam discussões atravessadas pelo acirramento das contradições sociais provocado pelas reações capitalistas às lutas sociais. São situações caracterizadas pelo domínio do capital financeiro e avanço da infocracia, pela privatização do Estado, flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho e aniquilamento dos direitos sociais.

Defrontam-se com o surgimento de problemas novos ao lado dos antigos, com desafios à luta dos trabalhadores e aos movimentos sociais organizados. Assistem à radicalização dos conflitos também em nível internacional e aos riscos à segurança dos povos. Por conta disso, muitos temas trazidos ao debate pelos pesquisadores e seus

14 TREIN, E.; CIAVATTA, M. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 140-164, set.-out.-nov.-dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/LfSbnSdKdy5jHPHT49Mnv/?format=pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025. CIAVATTA, M. O percurso histórico do GT Trabalho e Educação – um exercício de interpretação. **Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, p. 22-48, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8612>. Acesso em: 26 fev. 2025. HANDFAS, A. A trajetória do GT Trabalho e Educação da Anped: alguns elementos de análise. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n. 3, p. 375-398, nov. 2007-fev. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/9DSKDvY8hwThN8NnfYWgDWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2025.

TREIN, E.; CIAVATTA, M. A historicidade do percurso do GT Trabalho e Educação; uma análise para debate. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, Suplemento 1, p.15-50, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/wbqwmJbzttyyGpPnYgvLXmFC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2025.

15 <https://gt-brasil.netlify.app/>

núcleos se interessam por questões provocadas pelo aprofundamento do domínio da lógica mercantil do valor sobre as relações sociais e os valores culturais, pelas ameaças à democratização da produção social e pelo interesse público. Assim, é possível constatar a priorização de questões decorrentes da redefinição e implementação de leis e reformas educacionais impulsionadas pelo neoliberalismo e prescrições das agências internacionais multilaterais.

Os interessados podem participar dos núcleos e grupos de estudos dedicados ao campo trabalho-educação, conhecer suas produções (artigos, livros, dissertações e teses, dentre outros) mediante a consulta às bases de dados acadêmicas (SciELO, Google Scholar, Periódicos CAPES, repositórios institucionais, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD – etc.) e participar dos eventos por eles organizados.

Dentre os periódicos científicos abertos a esse campo de estudos podem ser citados a Revista Ciências do Trabalho em que o presente artigo comparece e, dentre outros, a Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, a Revista Brasileira de Educação, a Revista da Associação Brasileira de Estudo do Trabalho (ABET), a Revista Trabalho & Educação, a Revista Trabalho, Educação e Saúde, a Revista Trabalho, Política e Sociedade, a Revista POLI - Saúde, educação e trabalho, a Revista Trabalho Necessário, a Revista Mundos do Trabalho, a Revista HISTEDBR online, a Germinal: marxismo e educação em debate, a Educação Profissional e Tecnológica em Revista.

É importante acompanhar também o que as organizações internacionais publicam sobre o tema, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tais edições incluem relatórios e dados de interesse para o desenvolvimento de projetos, artigos acadêmicos e atualização profissional, lembrando que a maior parte das revistas científicas e demais publicações de interesse encontra-se disponível em formato eletrônico.

Vale a pena também conferir a oferta de cursos de pós-graduação fundamentados nas bases conceituais do campo Trabalho-Educação, como o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (ProfEPT), ofertado em rede pelos Institutos Federais, com vagas tanto para servidores quanto para a comunidade em geral.

O campo trabalho-educação e a educação profissional dos trabalhadores no Brasil

O desenvolvimento dos trabalhadores na sua humanidade e profissionalidade constitui-se objeto de estudo e de intervenções práticas de primeira grandeza para os pesquisadores dedicados ao campo trabalho-educação. Isso inclui todas as oportunidades, escolares ou não, com potencial favorável ao seu aperfeiçoamento, à valorização de suas experiências de trabalho e vida e aos seus saberes entendidos como patrimônios não apenas individual de cada trabalhador(a) como também de toda sua classe social.

Nesse sentido, reconhece-se o significado dessas aquisições na sua historicidade e contexto, suas implicações com o modo como cada trabalhador(a) se inseriu e participa da dinâmica dos variados processos de trabalho considerando os interesses e as perspectivas subjacentes aos motivos impulsionadores das suas atividades. Embora variem as especificidades históricas e contextuais, o processo de formação dos trabalhadores tem sempre relação com o caráter das relações sociais em que se move, pois nele residem as condições materiais do desenvolvimento das capacidades humanas.

Por conta disso, os pesquisadores e educadores do campo trabalho-educação analisam a educação profissional dos trabalhadores sempre em conexão com as bases materiais da existência humana conforme apregoa o materialismo histórico e dialético originário das formulações de Marx e Engels. Isso significa, considerando o contexto histórico, observar determinações do objetivo capitalista de valorização do capital intrínseco aos processos de trabalho. Logo, na educação profissional dos trabalhadores, para além de atributos especificamente individuais, outros requisitos técnicos e culturais conformam seus modos de se inserirem nas relações de trabalho, suas subjetividades e possibilidades de se colocarem em ação, suas capacidades de trabalho.

No entanto, a educação do trabalhador, na sua identidade e profissionalidade, não é um dado fixado sem contradições, por estar situada historicamente no âmbito de processos de organização da vida e da produção social passíveis de mudanças conforme avançam as tecnologias, os processos de democratização da sociedade e o desenvolvimento da consciência de classe. Tais contradições também envolvem os trabalhadores quando concorrem entre si por posições no

mercado de trabalho; é o que se vê nos argumentos utilizados por eles para justificar sua dedicação aos estudos. Em geral, são motivações externas à atividade de trabalho, muito estimuladas pelo discurso do senso comum e pelas empresas quando instituem recompensas, bônus e prêmios. Outras são as motivações internas ao desenvolvimento pessoal do trabalhador, à busca de sua realização humana, de sua independência e satisfação consigo mesmo.

Segundo Leontiev¹⁶, toda atividade desenvolvida pela pessoa, inclusive a realização de cursos para a educação profissional, é movida por necessidades produzidas socialmente, que orientam seus motivos. No transcurso dessa atividade, entretanto, os motivos podem ser transformados. Assim, sentidos pessoais podem ser desenvolvidos e esses ocupam uma posição hierárquica superior com relação aos motivos exteriores. Compreende-se, entretanto, a ingerência da lógica mercantil nesse processo, pois sabem os trabalhadores da necessidade de lutar contra os fatores de sua exclusão das relações de trabalho, contra o desemprego, levando-os à competição interna à classe. De forma que, na sociedade capitalista, a reivindicação por trabalho também é a súplica do trabalhador pela sua integração ao capital, um dilema que bem expressa a complexidade da gestão pelas forças do trabalho da dialética entre sua assimilação e a ruptura com o sistema.

A gestão dessa contradição, quando se trata da educação profissional, pressupõe o desenvolvimento de determinadas capacidades pelos trabalhadores, principalmente com respeito a suas escolhas e decisões estratégicas, de maneira a evitar o comprometimento de seus projetos e metas individuais e coletivas, por exemplo, com relação à aceleração da automação mediante o uso da inteligência artificial nos processos de trabalho. Como nem todos os trabalhadores obtêm os mesmos resultados nos seus esquemas de defesa, os mecanismos de proteção, negociação e intervenção coletiva se mostram indispensáveis.

A condução desses processos gestionários envolve toda a oferta da educação profissional, escolar ou não, em seus diferentes níveis e articulações com outras modalidades de ensino. E sempre mantendo a premissa da formação humana integral, o conceito do trabalho como princípio educativo, a prática social como fundamento da produção dos conhecimentos e das práticas educacionais, as articulações ensino-pesquisa-extensão, os educandos como sujeitos da história e produtores de novos conhecimentos. Evidentemente, especificidades precisam ser

16 LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia, personalidad**. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.

consideradas em atenção às diversidades regionais e culturais, nessas constando os critérios etários, étnicos, de gênero, as condições das pessoas com deficiência, dentre outros, e os elementos conformadores da complexidade do mundo do trabalho. De grande relevo, a educação de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal na idade considerada adequada.

Em todas essas situações, a formação dos trabalhadores não pode ser pensada fora do entendimento da necessidade de políticas públicas de educação e de trabalho conhecedoras da importância da valorização dos saberes e práticas desenvolvidos no trabalho e sua relação com a educação formal. A transição escola-trabalho, por sua vez, merece especial atenção por conta dos desafios inerentes e, muitas vezes, da falta de oportunidades para os jovens nessa passagem da vida escolar para a profissional. O fato é que o mundo do trabalho está em constante transformação, reproduzindo as desigualdades sociais, inclusive quanto ao ingresso e permanência na educação e no mercado de trabalho.

Portanto, a educação profissional destinada aos trabalhadores precisa ser de excelente qualidade, especialmente de valor social, ou seja, que tenha compromisso com a distribuição da renda, com o acesso aos bens culturais, que considere as desigualdades sociais e de poder, que atenda as expectativas das famílias e dos estudantes, que leve em conta políticas governamentais e os projetos sociais e ambientais. Para isso, é fundamental que disponha de um financiamento adequado, que reconheça e valorize os trabalhadores que estejam nela empenhados, que propicie aprendizagens significativas e que estabeleça uma relação com o mundo de trabalho proveitosa para seus alunos.

Currículos, métodos de ensino, gestão escolar e educacional, formação dos profissionais e controle da evasão e do abandono são todos temas fundamentais para a construção de uma educação profissional de qualidade social. Sobretudo, é preciso considerar os sujeitos trabalhadores e a dialética continuidade/descontinuidade na historicidade dessa modalidade educacional. Em vista disso, é preciso apoiar as estratégias de organização e educação dos trabalhadores do campo¹⁷, bem como dos urbanos, do movimento social e sindical nas suas ações coletivas de defesa e reivindicação e, inclusive, quando mobilizados no fomento da produção associada e das suas práticas

políticas e culturais.

Especial direcionamento deve ser dado ao acesso dos trabalhadores aos novos meios, recursos e técnicas de trabalho, mas desde que estejam lhes permitindo desenvolver a criatividade e a criticidade, não os limitando e subordinando acriticamente à regulação técnico-política de interesse do capital. A educação profissional dos trabalhadores pode, se não bem administrada em favor da classe, servir à reiteration da divisão do trabalho, à sua permanência na subalternidade, à alienação e alijamento da participação em atividades inovadoras. No enfrentamento a tais situações, os pesquisadores e educadores do campo trabalho-educação reiteram a necessidade da escola unitária e da educação politécnica.

Tais reivindicações tornam-se ainda mais urgentes, considerando-se as implicações da dinâmica atual do capitalismo, caracterizada por uma profunda crise do capital e seus desdobramentos econômicos e ético-políticos, instabilidades e incertezas, os quais o sistema não se mostra capaz de resolver. Pelo contrário, as novas estratégias capitalistas de acumulação e de gestão da força de trabalho incluindo as propostas patronais de cooptação dos trabalhadores, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas empresas e o recurso à tecnologia digital são mais do mesmo na tentativa de fazer do mercado o sujeito regulador dos problemas criados por ele mesmo.

Assiste-se hoje a uma inédita concentração do capital e da riqueza, aprofundando as injustiças e as desigualdades sociais e as regressões democráticas e sociais mediante a destruição de direitos, o aumento da precariedade das condições de vida e as afrontas às identidades de populações vítimas da cobiça do capital. Com as privatizações e o enfraquecimento dos serviços públicos, abrem-se os flancos para a desagregação da solidariedade social, o aumento da violência e da criminalidade, desastres ambientais e a destruição do planeta terra. Nesses cenários, ocorrem as transformações no mundo do trabalho, nos processos produtivos e na arena da informação graças à exploração de novas tecnologias e, com isso, sobrevém maior concentração e centralização do capital.

Fazem parte, também, desses processos a desregulamentação e flexibilização das relações contratuais e salariais e a experimentação de formas diferentes de gestão. Pensar em educação profissional dos trabalhadores requer, assim, considerar tais implicações. O desenvolvimento tecnológico, por exemplo, tem sido explorado para maior

intensificação do trabalho. Crianças e adolescentes têm sido retirados das escolas por conta da exploração das suas frágeis capacidades de trabalho. Sindicatos e movimentos sociais sofrem diuturna perseguição e descrédito.

A educação, incluindo forma ainda mais contundente a profissional, não está imune a tais mazelas. Por isso, a participação ativa e consciente dos trabalhadores nas disputas educacionais e na gestão das contradições nelas envolvidas se faz absolutamente fundamental e necessária. Do neoliberalismo, o que se obtém é a qualidade educacional de interesse do mercado, sem compromissos com as prioridades sociais, políticas e econômicas dos projetos educacionais emancipatórios. A escolha dos critérios e dos indicadores utilizados pelo mercado na definição e avaliação da qualidade traz o apelo à iniciativa privada em detrimento do lugar e do papel do Estado e das iniciativas do setor público. Igualmente, por meio de campanhas do tipo “amigo da escola” e “adote uma escola” e do cenário aberto ao ensino à distância, comprometido com a dinâmica competitiva capitalista.

Portanto, o campo trabalho-educação, com suas pesquisas e projetos educacionais, tem buscado, para a formação profissional dos trabalhadores, a adoção de critérios opostos aos utilizados pela gerência e a administração baseadas na lógica administrativa da produção empresarial privada. Para essa, interessam os de cunho pragmático e utilitário, o máximo resultado com o mínimo custo, o controle da produtividade docente, a modernização da educação profissional por meio de abordagens estritamente tecnicistas, a transformação das questões políticas e sociais da educação em questões técnicas de eficácia aparentemente neutras. Em termos de reforma educacional, por exemplo, significa a reposição da dualidade estrutural da educação por meio da política intitulada novo ensino médio, reprodutora da fórmula antiga e já gasta de esvaziamento da formação dos trabalhadores.

Considerações finais

Ao final deste artigo, é importante destacar alguns temas da relação trabalho-educação prioritários para compor a agenda do movimento sindical. Isso significa assumir a disputa pela afirmação da concepção de educação profissional emancipatória e articulada com a luta geral dos trabalhadores, lembrando com Marx e Engels¹⁸ que as ideias apenas podem propiciar a transposição de outras ideias, mas que

18 MARX, K.; ENGELS, F. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

sua efetivação concreta depende tão somente da ação prática humana.

Nessa agenda, aparece, portanto, em primeiro lugar, o compromisso com a formação humana integral, com o desenvolvimento pleno da capacidade de pensar de forma reflexiva, criadora e crítica, o empenho em tornar os trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos ativos. Para tanto, se faz imprescindível articular, no processo formativo, elementos do trabalho, da ciência, da tecnologia, da cultura e da sociedade, sem dispensar a educação geral como parte inseparável da educação profissional e tecnológica, as diversidades culturais como forma de ampliação do conhecimento e da experiência humana e o combate à desigualdade social. Ou seja, educação profissional com qualidade social, liberdade acadêmica, crítica da lógica do mercado; amparada também por ferramentas digitais, por pedagogias capazes de assegurar o livre acesso e permanência dos educandos, por assistência estudantil, por professores bem formados, pelo diálogo com outras políticas públicas (de desenvolvimento, tecnológicas, de trabalho, saúde, agrárias, industriais etc.).

Em segundo lugar, a defesa do princípio unitário e educativo do trabalho como matriz fundamental dos currículos, métodos, relações pedagógicas e práticas educativas, da politecnia e da escola unitária. Isso, porque se considera o trabalho uma fonte de grandeza essencial do desenvolvimento integral humano, por proporcionar experiências ativas de integração entre teoria e prática. Esse princípio educativo ajuda a combater a dicotomia entre trabalho intelectual e manual, liga a educação profissional com o contexto social e a realidade dos educandos, torna o aprendizado mais relevante. Além disso, favorece a articulação entre os processos formais (escolarizados) de educação e a dinâmica da educação informal adquirida na experiência concreta da vida prática. Essas são as bases da concepção de escola unitária e da formação politécnica por meio das quais se reivindica a apropriação pelos trabalhadores da ciência e da tecnologia, tendo em vista a construção de uma nova hegemonia.

Em terceiro lugar, a atenção à prática social como produtora de conhecimentos, entendendo-os não simplesmente como produção individual e isolada, mas com caráter social e coletivo, fruto do contexto da luta diária, das vivências e das interações sociais. Para a educação profissional, isso significa observar as práticas sociais concretas, os compartilhamentos por elas propiciados, as especificidades de contextos e situações, as ações das pessoas e as mudanças por elas geradas.

Dentre as práticas sociais, é importante considerar as que constituem os movimentos sociais e sindicais, os projetos comunitários, as assembleias populares e as iniciativas econômicas baseadas na cooperação, na solidariedade e na autogestão.

Em quarto lugar, o cuidado com a indissociabilidade entre todas as dimensões do processo educativo: a cognitiva, relacionada ao desenvolvimento do raciocínio lógico e do pensamento crítico; a afetiva, concernente aos aspectos motivacionais, aos valores e atitudes; a social, referente às relações sociais; a cultural, envolvida no reconhecimento e valorização das diversidades e interculturalidade; a ética, implicada nas questões dos direitos humanos e, a física, crucial para o equilíbrio entre o corpo e a mente. Todas essas dimensões requerem considerar também a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão no processo educativo, enquanto parte do projeto histórico de emancipação da classe trabalhadora.

Por último, mas não menos importante, o princípio que leva em conta os educandos trabalhadores como produtores de conhecimentos, seus saberes, suas expectativas relacionadas ao seu processo de formação, sua participação nos mecanismos de acompanhamento das políticas sociais e educacionais, suas dificuldades para aproveitarem a oferta educacional existente. Enfim, a necessidade de torná-los efetivamente sujeitos da história, autônomos, criativos, críticos e capazes de intervir para o avanço da qualidade de vida e a construção de uma sociedade mais justa e humana.